DA GLOBALIZAÇÃO AO FENÔMENO ÉTNICO: A AMÉRICA LATINA EM QUESTÃO

RAYMUNDO HERALDO MAUÉS
Universidade Federal do Pará

Raramente encontramos, num único livro, a abordagem conjunta de temas tão candentes como os da etnia, região, nação e globalização. E, mais ainda, competentemente articulados, em relação a certo número de países da América Latina. Tratados, além disso, por alguns dos mais competentes antropólogos que se dedicam a essas temáticas, no Brasil, na Venezuela, na Colômbia e no México, mas cujas formulações podem ser pensadas como representativas da América Latina como um todo. Este é o livro organizado por George de Cerqueira Leite Zarur, *Região e nação na América Latina*, recentemente publicado pela Editora da UnB e pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.[1] Os autores dos capítulos são todos antropólogos sociais que pertencem ao Grupo de Trabalho sobre Identidades na América Latina, uma das unidades do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Esse Grupo, como diz Zarur, na introdução do livro, "pretende desempenhar uma função política, assumindo um papel na construção ideológica de uma identidade compartilhada pelos países latino-americanos", o que "vem sendo alcançado pelo encontro, por meio de investigações empíricas e teóricas, do que existe de comum e de diverso entre os povos do continente" (: 7-8). Trata-se do terceiro livro até agora publicado como fruto do trabalho desenvolvido pelos integrantes do mesmo Grupo.

Embora o tema da globalização seja tratado por vários dos autores dos capítulos do livro, dois deles dão uma ênfase especial a essa questão: Luiz Felipe Baeta Neves Flores e Nelly Arvelo-Jiménez. Baeta Neves,

1 ZARUR, Jorge. *Região e nação na América Latina*. Brasília e São Paulo: Editora da UnB e Imprensa Oficial do Estado, 2000. 242 p.

antropólogo brasileiro, em um capítulo intitulado *Região e nação: novas fronteiras,* enfatiza o caráter totalitário da idéia de globalização que, sendo apregoada como o novo e o progresso, tenta anular as diferenças regionais, ao mesmo tempo que ridiculariza como "ultrapassadas" as noções que não se coadunam com o receituário neoliberal implícita ou explicitamente relacionado com ela. Isso acaba sendo imposto às consciências individuais pela ação da mídia, de uma forma comparável àquela como também se impunha o fanatismo religioso nas sociedades orientais teocráticas. Com muita razão Baeta Neves, recusando a postura evolucionista implícita dos apologistas da globalização como discurso do "advento do Número Um", nos mostra ser preciso ter "uma visão mais próxima, mais atenta – como nos ensina a antropologia – às interpretações 'internas' dos povos implicados", atitude que é adversa ao discurso hegemônico da globalização, "que faz de tudo o que é considerado 'local' uma exceção, uma aberração anacrônica, um resíduo ou uma 'sobrevivência'". Ao contrário, para Baeta Neves

> a sorte do mundo também está lançada no "regional", no "local", no "étnico" e no "irracional", e isso não apenas no espaço estrito em que atuariam, bastando lembrar que o conhecimento de tecnologias nucleares não é algo estranho ou proibido a pequenos países recém-constituídos ou a poderes marcados pelo fundamentalismo religioso (: 23).

O estudo de Jimenez, antropóloga venezuelana, desvenda, para o caso da Amazônia de seu país – mas o que afirma pode ser pensado em relação a muitos outros países latino-americanos –, a relação espúria entre os interesses das elites locais e os interesses econômicos de grandes corporações internacionais, tudo isso coberto pelo manto de pretensas motivações ecológicas e de desenvolvimento sustentável, com a participação inclusive de certas ONGs cujas finalidades explícitas se voltam para esse último discurso, tão em moda nos dias presentes. Até mesmo a criação de reservas "ecológicas" aprovadas nesse país pode ter a finalidade de preservar, para exploração futura, riquezas minerais ou de outro tipo existentes nessas áreas. E assim, com a utilização também de conceitos como os de nacionalismo e desenvolvimentismo, essas elites chegam a negociar, com os interesses multinacionais, o acordo mais vantajoso para elas mesmas. Tudo isso em detrimento dos interesses das populações tradicionais da Amazônia venezuelana. Para Jimenez, então, as mesmas

> obedecem a uma intencionalidade concertada para manipular o ambientalismo compartilhado pelas elites político-econômicas do Norte e do Sul (...). Ambientalismo e desenvolvimentismo, assim concertados, racionalizam a expropriação de terras e recursos que, no caso amazônico, são, principalmente, terras e recursos ancestrais dos indígenas.

Por outro lado, "ambientalistas e internacionalistas, atores oficiais do estandarte conservacionismo/nacionalismo/desenvolvimentismo, quando intervêm no debate sobre conservação *versus* exploração dos recursos naturais, interpretam bem o seu papel, mas, atrás do pano, claudicam ante os interesses forâneos". Ao lado disso, "indiretamente, as esferas governamentais satanizaram, mediante uma batalha campal na imprensa escrita, no rádio e na televisão, os defensores dos interesses indígenas, atribuindo-lhes intenções entreguistas e antinacionalistas" (: 32).

Sem esquecer a temática da globalização, os trabalhos de George Zarur, Ruben George Oliven e Myriam Jimeno privilegiam, no entanto, as questões nacional e regional, ao mesmo tempo em que (mais no primeiro e na última do que no segundo) estabelecem um contraste entre elites e classes populares. Zarur, num esforço erudito de compreensão da sociedade brasileira como nação, centra suas análises nos conceitos de *conciliação* e *ordem*, inspirando-se, sobretudo, nos trabalhos de Manoel Bonfim, um antigo e arguto intérprete do Brasil (Bonfim 1931 a, b). Mostra, nessa análise – que aqui simplifico bastante –, como a conciliação tem funcionado, em nossa sociedade, para as elites, enquanto a ordem é um instrumento usado por essas mesmas elites para manter no lugar e reprimir as classes populares. Não obstante, esse modelo pode estar sendo quebrado, nos últimos anos, o que tem ensejado até mesmo previsões inusitadas, como a de Celso Furtado, a respeito do próprio fim do Brasil como nacionalidade, em razão de uma possível "desarticulação do sistema econômico inter-regional" (Furtado, 1992). Isto pode estar mesmo relacionado com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que representa, segundo o então presidente, "o fim do Estado criado por Getúlio Vargas em 1930". Segundo Zarur,

> a falta de treinamento da elite paulista [no governo de FHC] para o exercício do poder em nível nacional é um dos problemas mais sérios enfrentados pelo atual governo. Sua não socialização na cultura da elite, caracterizada por padrões aristocráticos de conciliação e interessada generosidade, representa uma ruptura relevante no processo político nacional (: 55).

Não obstante, para Zarur, os fatores culturais e simbólicos (não considerados na análise de Furtado) seriam suficientes, a despeito disso, para manter o país unido.

Já o capítulo redigido por Ruben Oliven, *Nação e região na identidade brasileira,* nos oferece um interessante paralelo entre as concepções defendidas pelo movimento modernista de 1922 em São Paulo e pelo manifesto regionalista de 1926 no Recife, de autoria de Gilberto Freyre (Freyre, 1976). Enquanto, para os modernistas, só se pode chegar ao universal passando pelo nacional, para Freyre o regional é uma via de acesso necessária para o nacional. Destarte, o trabalho de Oliven procura mostrar que não existe uma contradição entre as afirmações do regionalismo e do "nacionalismo". Sua conclusão é de que, em nosso país, a "afirmação de identidades regionais (...) pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar diferenças culturais", sendo que a "redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da Federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional" (: 80).

O trabalho da antropóloga colombiana Myriam Jimeno, *Identidade e experiências cotidianas de violência,* retoma as preocupações com a questão nacional em relação às diferenças de percepção entre elites intelectuais e classes populares. Para as elites, uma característica fundamental da sociedade colombiana, que exprime mesmo a sua própria identidade, é a violência. Isso se expressa na mídia, nos debates acadêmicos e em muitas outras situações. Não obstante, o trabalho direto junto às classes populares demonstra que a percepção destas é bem diferente daquela das elites. Assim, para os setores populares, "o 'ser' colombiano não é mais violento que outros". Embora considerando "que a Colômbia é perigosa por causa da violência, não crêem que isso seja especialmente colombiano e acreditam que a violência está 'em todas as partes'" (: 127).

Quatro trabalhos discutem mais especificamente a questão da identidade étnica, trazendo contribuições inovadoras, ao mesmo tempo em que a relacionam às questões regional e/ou nacional. Trata-se dos capítulos escritos pelos antropólogos brasileiros Giralda Seyferth e Henyo Trindade Barreto Filho e pelos antropólogos mexicanos Miguel Alberto Bartolomé e Alicia M. Barabas. O trabalho de Seyferth, discutindo temática bastante estudada por ela, enfoca a complexa situação dos imigrantes e seus descendentes no

sul do Brasil, especialmente a daqueles de origem alemã. A questão étnica encontra-se intimamente relacionada às questões regional e nacional, provocando mesmo situações de conflito que são bem conhecidas na história brasileira. A autora, com a finura que caracteriza suas análises, trabalha especialmente as noções de *jus solis* e *jus sanguinis*, que permitem, nesse contexto, lançar luz sobre as complexas imbricações das diferentes questões aí relacionadas. Assim, para Seyferth,

> o *jus solis*, desde o Império, constituiu o fundamento maior da cidadania brasileira e, por meio dele, os filhos de imigrantes nascidos no país são considerados, automaticamente, brasileiros (...). Mas a consciência étnica de nação que prevaleceu no pensamento nacionalista brasileiro, inspirado nos nacionalismos étnicos europeus da segunda metade do século XIX (...) e na idéia de raça como base explicativa de fenômenos históricos e culturais, impediu que o *jus solis* funcionasse como direito pleno à categoria de cidadão (: 106).

Conclui a autora seu belo trabalho com a seguinte constatação:

> a repressão aos grupos étnicos resultantes da imigração durante o Estado Novo, paradoxalmente partiu do princípio do não reconhecimento de minorias e identidades duplas que evocassem o *jus sanguinis* e a cultura de outros nacionalismos – porque consideradas ameaça à integridade do Estado-nação –, mas transformou em minorias de fato aqueles grupos com etnicidades mais marcadas, ao cercear suas liberdades e seus direitos de cidadania (: 107).

O artigo de Miguel Alberto Bartolomé, tratando da questão das fronteiras étnicas na sociedade mexicana, difere bastante do de Seyferth, na medida em que – em se tratando do México – discute uma realidade completamente diferente da brasileira. Nesse caso, a questão da etnicidade das populações indígenas não tem apenas importância local, ou regional, mas assume dimensão nacional. Por outro lado, no processo de construção da identidade étnica das populações indígenas mexicanas, não importa somente a identidade individual dos diferentes grupos indígenas, mas também a construção de uma identidade genérica, pelos próprios índios, com uma finalidade política. Mais importante, porém, do que isso, é a postura teórica assumida por Bartolomé, ao discutir a questão das fronteiras étnicas, diferenciando sua posição em relação às formulações de F. Barth e Roberto Cardoso de Oliveira (Barth, 1969 e Cardoso de Oliveira, 1976), e voltando à

questão da cultura como elemento importante na definição da identidade, mas de forma diferente – não essencialista – do que ocorria no caso dos teóricos dos estudos de aculturação. Assim, para Bartolomé, vários aspectos devem ser considerados, no processo de constituição de uma identidade indígena distinta das demais: a língua, o território, a indumentária, o estilo de vida, a história, o sistema econômico, a adscrição parental e a participação política. Infelizmente, embora considere também a religião como fator importante, o autor não trata, em detalhes, desse tópico.

Quanto ao capítulo escrito pela antropóloga também mexicana Alicia M. Barabas, intitulado *1994: o zapatismo e a radicalização do movimento indígena,* embora com um enfoque bem diferente, o mesmo pode ser pensado como um complemento do trabalho de Bartolomé, do ponto de vista político, ao mostrar uma faceta importante de um aspecto da construção dessa identidade étnica indígena, por meio da constituição e da ação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os propósitos da autora são os seguintes:

> a) descrever os acontecimentos que constróem essa nova ideologia revalorizadora da identidade étnica, que tem levado a uma luta generalizada dos índios por seus direitos pela diferença e pela igualdade"; e b) "assinalar alguns dos elementos que contribuem para configurar uma ideologia de indianidade genérica, dessa vez por parte dos próprios índios e não da sociedade dominante", isto é, "índio, não como categoria homogeneizante, estereotipada e inferiorizadora, mas sim como uma categoria unificadora, sustentada no reconhecimento da pluralidade étnica e na revalorização de ser índio" (: 163).

Mas, como diz George Zarur, o editor do livro, em comentário a esse trabalho, infelizmente o capítulo só trata de acontecimentos anteriores a janeiro de 1997. Embora tenha começado "a descrever o crescimento da reação conservadora", não atinge "os terríveis acontecimentos mais recentes envolvendo massacres da população civil indígena e o uso da intimidação física, arma secular usada para a opressão dos povos da América Latina" (: 13).

E, finalmente – nesse conjunto de quatro textos que tratam mais especificamente de identidade étnica –, temos o precioso estudo de Henyo Barreto sobre a construção da identidade dos tapebas, um grupo indígena até então "desconhecido" no Ceará, onde interagem vários atores sociais, entre os quais a Igreja Católica, por intermédio da Arquidiocese de Fortaleza,

a Fundação Nacional do Índio (Funai), a população regional e o próprio antropólogo. O capítulo é fruto de trabalho de campo do autor na área, mas não se limita a um simples "estudo de caso", devido à inteligência e sensibilidade com que Barreto analisa seus dados, relacionando-os com a melhor teoria antropológica. Com sua leitura, podemos perceber um processo de construção da identidade étnica de um grupo indígena nordestino que poderia ter sido pensado como extinto, ou mesmo "não-existente", o que nos desvenda um importante aspecto da própria identidade étnica, como algo que se constrói na interação social entre os diversos atores envolvidos. Não menos importante é o fato de que a presença do antropólogo em campo é também um elemento desencadeador dessa construção, o que não é escondido pelo autor, mas, ao contrário, é enfatizado e analisado com brilhantismo pelo mesmo. A leitura do texto certamente nos ensina bastante a respeito desse importante (embora muitas vezes menosprezado) fator social e cultural (a identidade étnica) que a cada dia desempenha um papel mais relevante na sociedade contemporânea, em relação com o regional e o nacional, a despeito do processo (também muito relevante) de globalização que estamos vivenciando.[2]

E, para finalizar esta resenha – embora não seja o último capítulo do livro –, temos o excelente trabalho de Russel Parry Scott, antropólogo da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado *Uma mancha nos perímetros irrigados: economia política na sub-regionalização no Nordeste brasileiro.* Nesse capítulo, aqui classificado de forma isolada, encontramos a análise da questão regional nas suas inter-relações com o nacional e o global. Os atores fundamentais, a quem o autor dedica suas simpatias merecidas, são os agricultores atingidos pelas barragens. Temos, no entanto, em interação, vários outros atores sociais, como agências governamentais, agências internacionais e o movimento sindical, que busca defender os agricultores deslocados pelas grandes barragens construídas ao longo do curso do Submédio São Francisco. Entre os atores internacionais merece destaque o Banco Mundial, financiador dos projetos na área (hidrelétricas e agricultura de exportação), o que não deixa esquecer o aspecto ligado à globalização que está presente num processo local e regional delimitado, mas que tem

2 Uma formulação anterior desse trabalho foi apresentada pelo autor, em Belém, durante a III Reunião Regional de Antropólogos do Norte e Nordeste, em 1993 (Barreto Filho, 1993 a). Para uma visão mais completa do trabalho do autor, cf. Barreto Filho (1993 b).

implicações bem mais amplas e que transcendem o próprio Nordeste. Nisso tudo, porém, a luta política dos agricultores da região, com apoio do movimento sindical, assume uma importância considerável, o que permite a conclusão otimista do autor, em relação à qual podemos dedicar também nossa simpatia: "É a continuação do Pólo sindical na luta a favor dos reassentados que inverte o sinal negativo, tornando a região, ainda, uma referência para a possibilidade do estabelecimento de um modelo alternativo de agricultura moderna que beneficie o pequeno produtor" (: 210).

Este é um livro que se recomenda não apenas a antropólogos ou cientistas sociais interessados nesses temas, nos quais poderão certamente aprofundar seus conhecimentos, mas também ao público em geral. Embora escrito por especialistas, trata-se de livro redigido em linguagem acessível a qualquer leitor culto e, portanto, destinado a um debate mais amplo que aquele limitado aos especialistas. E, mais ainda, livro que traz não apenas informações relevantes sobre as temáticas que aborda, mas também novos enfoques, novas questões, que certamente enriquecerão as perspectivas intelectuais dos leitores que se debruçarem sobre sua problemática. Por outro lado, tratando-se do terceiro livro (como foi dito acima) que, editado no Brasil, é fruto de um diálogo que já de algum tempo incorpora contribuições de antropólogos hispano-americanos, o mesmo está na linha de construção de uma antropologia que não é apenas nacional (como na maior parte dos casos costumamos fazer), mas se espraia para um plano latino-americano (que às vezes recusamos), expandindo nossa reflexão teórico-metodológica e a construção de nossas etnografias bem além de nossas fronteiras, o que só pode ser saudado como sintoma – entre outros – do progressivo amadurecimento por que vem passando a antropologia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. 1993 a. Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau: etnogênese como processo social e luta simbólica. In: MAUÉS, R. Heraldo (Org.), *Anais da III Reunião Regional de Antropólogos do Norte e Nordeste*, v. 1. Belém: Edufpa, 1996. p. 199-217.

______. 1993 b. *Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau: etnogênese como processo social e luta simbólica*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional.

BARTH, Frederik. 1969. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of cultural difference*. London: George Allen e Unwin.

BONFIM, Manuel. 1931 a. *O Brazil Nação:* realidade da soberania brazileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

______. 1931 b. *O Brazil na história:* deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

FREYRE, Gilberto. 1976. *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

FURTADO, Celso. 1992. *Brasil:* a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra.